



REDE DE
OBSERVATÓRIOS
DA SEGURANÇA

INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO **cinco anos depois:**

**uma análise de operações policiais
na região metropolitana do
Rio de Janeiro entre 2018 e 2022**

cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO **cinco anos depois:**

**uma análise de operações policiais
na região metropolitana do
Rio de Janeiro entre 2018 e 2022**



REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

COORDENAÇÃO DO CESEC

Julita Lemgruber
Leonarda Musumeci
Pablo Nunes
Sílvia Ramos

EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Coordenadora geral
Sílvia Ramos

COORDENADOR DE PESQUISA

Pablo Nunes

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

Juliana Gonçalves

PESQUISADORES

Jonas Pacheco

ARTICULADORA E PESQUISADORA

Bruna Sotero

DESIGNER

Renato Cafuzo

ASSISTENTES DE COMUNICAÇÃO

Nathália da Silva
Wellerson Soares

ESTAGIÁRIO DE COMUNICAÇÃO

Matheus Lima

GERENTE

Ana Paula Andrade

CONSULTOR PARA O NORDESTE

Ricardo Moura

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA BAHIA

Dudu Ribeiro
Larissa Neves

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA CEARÁ

Cesar Barreira
Luiz Fabio Paiva

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA MARANHÃO

Luiz Eduardo Lopes Silva
Thiago Brandão Lopes

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PERNAMBUCO

Dália Celeste
Deila Martins
Edna Jatobá

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PARÁ

Aiالا Colares Oliveira Couto
Thiago Alan Guedes Sabino

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PIAUÍ

Elton Guilherme
Lila Cristina Xavier Cruz
Marcondes Brito da Costa
Maria D'alva Macedo Ferreira

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA RIO DE JANEIRO

Bruna Sotero
Itamar Silva
Jonas Pacheco
Pablo Nunes
Sílvia Ramos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA SÃO PAULO

Bruno Paes Manso
Francine Ribeiro

ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE

- » Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
- » Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)
- » Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)
- » Laboratório de Estudos da Violência (LEV/ UFC)
- » Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)
- » Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (UFPI)
- » Rede de Estudos Periféricos (UFMA/ IFMA)
- » Grupo TERRA

PARCEIROS NA COLETA DE DADOS

Fogo Cruzado
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Monitor da Violência

FALE COM A GENTE



rededeobservatorios@gmail.com



observatorioseguranca.com.br



@redeobservatorios



@rede_seguranca



@rededeobservatorios

Intervenção Federal no Rio de Janeiro cinco anos depois: uma análise de operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022

por Pedro Paulo da Silva¹ e Pablo Nunes²

Cinco anos depois, a Intervenção Federal parece uma memória fragmentada na cabeça dos moradores do Rio de Janeiro, mas seus efeitos podem ainda ser sentidos. **Durante esses cinco anos, monitoramos 4.411 operações policiais na Região Metropolitana do Rio.** São resultantes de uma rotina de dezenas de operações realizadas diariamente, com uso de armamento pesado e, em boa parte das vezes, com registros de violações e mortes.

A partir da gestão dos militares, o projeto de segurança pública para o Rio de Janeiro aprofundou suas bases no militarismo, com a sempre presente falta de transparência e o excessivo gasto para manter a máquina de moer gente girando. **Nesses cinco anos, registramos mais de cem chacinas em operações policiais,** momentos em que a violência policial se agudiza e apresenta sua mais cruel face.

E o cotidiano de violência é escamoteado pela falta de transparência e desprezo dos gestores à participação social na política pública de segurança. Em resposta a ameaça de aprofundamento da violência que se apresentava no horizonte com a Intervenção Federal, criamos o Observatório da Intervenção, projeto que monitorou, tornou público e denunciou a violência produzida pelas ações policiais, os gastos bilionários em uma guerra perdida e a impunidade cristalizada na falta de respostas sobre quem mandou matar Marielle Franco. O Projeto foi o embrião da Rede de Observatórios da Segurança que hoje, além do Rio de Janeiro, monitora indicadores de violência em outros sete estados (BA, CE, MA, PA, PE, PI e SP).

Apesar de ter ficado no passado, boa parte dos dilemas impostos pela Intervenção Federal permaneceram no cenário do Rio de Janeiro. Não só isso, com a chegada de novos governadores, que prometiam mais violência policial, diversos estados brasileiros enfrentaram novos dilemas: o papel das polícias na gestão criminal dos territórios, o avanço de grupos milicianos e de extermínio, a banalização da violência contra mulheres e outros casos de violência. Foi por essas razões que a experiência do Observatório da Intervenção foi compartilhada e atualizada por novos parceiros em oito estados - até o momento.

1 Pesquisador da Rede de Observatórios da Segurança

2 Coordenador de pesquisa da Rede de Observatórios da Segurança



A MILITARIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Logo após uma onda de violência durante o Carnaval, o governo federal decidiu intervir na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. O decreto assinado no dia 16 de fevereiro de 2018 foi surpreendente. Afinal, nunca antes uma Intervenção Federal havia sido decretada. Para lidar com o caos veiculado pelos jornais de maior circulação no país (ainda que os indicadores de violência não apontassem o crescimento vertiginoso usado para sustentar essa medida), o então presidente Michael Temer indicou o General Walter Braga Netto ao cargo de Interventor Federal até o fim daquele ano.

Infelizmente, aquela conjuntura não era atípica para a população fluminense que há tempos vive em meio ao brutalismo, sobretudo aquele fomentado pelo estado através de operações policiais contra favelas e periferias. O próprio militarismo não é atípico no estado; o Rio de Janeiro é principal alvo de operações de Garantia de Lei e Ordem - GLOs, expediente previsto na Constituição e regulado por **lei complementar de 1999** e utilizado sob o pretexto de esgotamento da capacidade de resposta das forças policiais ordinárias. O Rio de Janeiro foi o estado que mais recebeu operações desse tipo em toda história: foram 21 GLOs desde 1992 - quando a primeira foi realizada no contexto da **ECO-92**.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm



<https://www.politize.com.br/eco-92/>



Para uma parcela da sociedade, as Forças Armadas ainda são vistas como boas de gestão, técnicas (isto é, distância de disputas e vontades políticas) e não propensas a se corromper. Essa forma de ver as Forças Armadas, em nada baseada na realidade, contribuiu para que fossem vistas como as únicas a darem uma resposta definitiva à questão de violência no Rio de Janeiro.

Logo no início da gestão dos militares no Rio de Janeiro, foi anunciado que a corrupção policial seria talvez a maior prioridade da Intervenção Federal: **“Não podemos fazer intervenção só do lado de fora, nas ruas; precisamos intervir também dentro das polícias”**, disse uma autoridade federal que acompanhava o então presidente Michel Temer e Braga Netto em reunião no Palácio Guanabara. Dias depois o interventor disse em coletiva de imprensa que iria fortalecer as corregedorias para **“que o bom policial seja valorizado e o mau profissional seja penalizado”**.

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/02/18/intervencao-federal-no-rio-quer-combater-corrupcao-policial.ghtml>



<https://oglobo.globo.com/rio/intervencao-federal-na-seguranca-cupula-das-policias-mantida-22436463>



No mês seguinte à assinatura do decreto, a vereadora **Marielle Franco foi assassinada na área central da capital**, a poucos metros da sede da prefeitura. Marielle, defensora incansável dos direitos humanos, militante feminista e antirracista, teve a maior votação para vereança da cidade do Rio, em 2016. À frente do seu mandato, ela denunciou as arbitrariedades da Intervenção desde o seu início e estava preparando um **observatório da Intervenção na Câmara de Vereadores**.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>



<https://veja.abril.com.br/brasil/vereadora-marielle-franco-fiscalizava-intervencao-federal-no-rj/>



A falta de resposta sobre o que aconteceu naquele dia 14 de março de 2018 é talvez o sinal mais eloquente do quanto à corrupção policial estrutura a gestão da segurança pública do Rio de Janeiro, impedindo que homicídios sejam solucionados. Pouco a pouco, a cada nova informação sobre o caso,



Cinco anos depois: uma análise de operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022

tivemos contato com a **rede de matadores de aluguel** que possuía ligações estreitas com delegados e comandantes de batalhões, garantido sua impunidade. A resolução dessa morte, **tão grave e tão central para desvelar as bases mais podres da política no Rio de Janeiro**, também não foi entregue pelos interventores.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/05/escritorio-do-crime-como-grupo-de-matadores-colecionou-execucoes-no-rio-por-uma-decada.ghtml>

Também no início de 2018, a Vila Kennedy -VK foi eleita como **laboratório de testes**, nomeado assim pelos militares. O “laboratório” escolhido seria um território de favela que outras vezes serviu como experimento de gestão do poder público. Não surpreendentemente, a experiência foi desastrosa e anunciava o que seriam os próximos meses de comando da segurança pública pelos militares. Os moradores da favela da Zona Norte do Rio veriam a entrada dia após dia de militares nas ruelas da VK pela manhã para retirada de barricadas. Horas depois as barricadas seriam recolocadas pelo tráfico, em um ciclo tedioso de como não se faz segurança pública. Em determinado momento os militares desistiram da VK e os moradores foram deixados em um **contexto igualmente inseguro e com mais mortes**.

<https://theintercept.com/series/caso-marielle-franco/>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/teste-da-intervencao-federal-favela-do-rio-mantem-medo-e-trafico.shtml>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/14/laboratorio-da-intervencao-vila-kennedy.htm>

UM MODELO A NÃO SER SEGUIDO

Os moradores do Rio de Janeiro chegaram ao final de 2018 com uma série de lembranças amargas após os dez meses de comando dos militares à frente da Segurança Pública. O modelo da intervenção na Vila Kennedy fracassou retumbantemente, levando os interventores a mudarem os rumos. O assassinato de Marielle, a falta de respostas da Intervenção sobre o caso e as descobertas de que a corrupção de agentes do Estado estava no cerne da sua morte, deu combustível a manifestações mensais que mobilizaram milhares de pessoas. Além da falta de logística na destinação do orçamento de R\$1,2 bilhões que até hoje ainda está sendo executado; o fracasso de manter a redução dos índices de roubos de carga de maneira sustentável, que era a principal meta da Intervenção e o recorde do número de mortes cometidas por policiais, chegando a 1.534 homicídios.

A violência registrada foi produto da ideia de que segurança pública é sinônimo de polícia. A quase totalidade do orçamento destinado à Intervenção foi e continua sendo gasto com a compra de veículos blindados, helicópteros, armas de grosso calibre, coletes a prova de balas. **Essa ideia se faz presente há décadas no Rio de Janeiro e no Brasil**, mas desde seus primórdios mostra-se custosa e equivocada. Quase nada foi feito para melhorar perícias ou aprimorar o controle da atividade policial através de, por exemplo, introduzir GPS nas viaturas adquiridas na Intervenção. Nem mesmo as ouvidorias e corregedorias, foco dos generais no início da Intervenção, registraram mudança significativa em sua atuação.

[boletim21violenciaepolicia.pdf](#)
link errado

O investimento em uma segurança pública calcada em conflito levou à manutenção da violência. Não à toa, como veremos nesta análise de cinco anos de operações policiais, de 2018 a 2022, não houve mudança significativa no cotidiano de violência para a população fluminense. Por essas razões, mas também por muitas outras, chegamos ao final daquele ano concluindo que a Intervenção Federal era um modelo para não se copiar.



MILITARES NA ARENA POLÍTICA

As eleições que também ocorreram em 2018 seriam marcadas de maneira profunda por essa experiência de militarismo na segurança pública. Na esfera federal, Jair Bolsonaro, um ex-capitão do exército, seria eleito presidente tendo ao seu lado Hamilton Mourão, um general, como seu vice. No estado do Rio, Wilson Witzel, um juiz desconhecido, seria eleito governador com discursos de clara afronta aos direitos humanos, apelando também ao seu passado como militar, com declarações como: “tem que mirar na cabecinha”.

Os anos de Bolsonaro no comando do país deram envergadura ao plano dos militares de voltarem à arena política do país. Diversos cargos da máquina federal foram ocupados por militares, chegando ao **escandaloso número de 6.157 cargos**. O general Eduardo Pazuello comandou a pior e mais trágica resposta governamental na área de saúde no contexto da epidemia de coronavírus. Alçado ao cargo sob a justificativa de ser especialista em logística, Pazuello deixou que faltasse cilindros de oxigênio em Manaus, no Amazonas, levando a uma das cenas mais escandalosas de todo o período mais grave da pandemia.

O general nomeado como interventor, Braga Netto, **quatro anos depois seria candidato a vice-presidente na chapa derrotada de Jair Bolsonaro**. O militar, alçado como grande articulador na Casa Civil, deu poucas declarações durante os dez meses de intervenção e impôs a falta de transparência como uma das bases de sua gestão à frente da Intervenção no Rio de Janeiro.

O projeto autoritário, que pretendia se consolidar no país, encontrou um freio importante: a chapa encabeçada por Bolsonaro perdeu as eleições gerais, um balde de água fria nas pretensões políticas de Braga Netto. E o mote do novo governo que se instala em 2023, veiculado em declarações à imprensa, é de um retorno dos militares para os quartéis, ou seja, retirá-los da administração pública.

O ano de 2022 terminou com grandes desafios na área de segurança pública. Afora a criminalidade urbana e rural que possui peculiaridades distintas e que deverão ser alvo de políticas públicas baseadas em evidências e em diálogo com a sociedade civil, os próximos anos trarão também a difícil tarefa de despolitizar as forças policiais brasileiras. O caso da Polícia Rodoviária Federal, que virou braço auxiliar do projeto autoritário de Bolsonaro, é paradigmático do grau de perigo que a falta de controle democrático das policiais permite.

No campo estadual, o governador Cláudio Castro, que assumiu o cargo após o impeachment de Wilson Witzel, foi reeleito. Esperar que haja disposição do governador de ir na direção de controlar as polícias e cobrar a redução da letalidade de suas operações parece ser apostar no impossível.

chrome-extension://efaidnb-mnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf

https://www.brasildefato.com.br/2022/08/11/candidato-a-vice-de-bolsonaro-braga-netto-ganhou-supersalario-militares-receberam-ate-r-1-mi



Cinco anos depois: uma análise de operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022



ADPF DAS FAVELAS

Durante esses anos, a letalidade policial daria novos saltos, atingindo o recorde em 2019, quando 1.814 pessoas foram mortas por forças policiais no estado do Rio de Janeiro. Foram vários os casos emblemáticos ocorridos nesses anos, inclusive aqueles que aconteceram durante a distribuição de cestas básicas e produtos de higiene nos momentos mais difíceis da pandemia de covid. Foi por conta desses casos que organizações da sociedade civil se reuniram e protocolaram junto ao Supremo Tribunal Federal - STF o que viria a ser chamado de ADPF das favelas. O pedido foi acatado liminarmente em junho de 2020 e o efeito foi imediato: durante quatro meses o Rio registrou recordes históricos de redução de mortes cometidas por policiais. Nesse mesmo período, não houve aumento significativo de outros crimes, provando que combate ao crime não precisa ser acompanhado de letalidade policial.

À época, com a decisão do STF em vigor, o então secretário de Polícia Civil Allan Turnowski, decidiu ordenar o descumprimento da decisão do Supremo. E foi assim que a partir de outubro daquele mesmo ano as mortes cometidas por policiais voltaram ao mesmo nível do período antes da ADPF, botando abaixo um processo importante que poderia significar uma mudança de rota necessária para o Rio de Janeiro.

Nesses quatro anos, embora os números de homicídios sigam caindo consistentemente, a violência policial se aprofundou. Além disso, outros indicadores criminais têm despertado a atenção de governadores e gestores públicos. Vários estados registraram aumento considerável na letalidade policial, a exemplo da Bahia que segue reproduzindo níveis inaceitáveis de mortes por intervenção de agentes do estado. Além disso, instituições que para muitas pessoas eram consideradas exemplares, como a Polícia Rodoviária Federal, mostraram-se tão violentas e militaristas como as polícias estaduais. Resta ao STF e demais instâncias de controle, como o Ministério Público, fazer as pressões necessárias e cobrar a observância das determinações expressas na ADPF 635 - que segue em vigor em 2023.

Cinco anos depois da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, vimos que as promessas efetuadas pelos interventores não foram cumpridas e que os problemas do estado se aprofundaram. Não houve mudança significativa na dinâmica criminal urbana, as milícias têm cada vez mais se espalhado pelo território da cidade e do estado, sob a anuência do poder público, e as favelas, os pretos e pobres, seguem sendo as principais vítimas dessa máquina diária de mortes.

CINCO ANOS DEPOIS DA
INTERVENÇÃO FEDERAL
NO RIO DE JANEIRO, VIMOS
QUE AS PROMESSAS
EFETUADAS PELOS
INTERVENTORES NÃO
FORAM CUMPRIDAS E QUE
OS PROBLEMAS DO ESTADO
SE APROFUNDARAM

OBSERVANDO A SEGURANÇA PÚBLICA

O Observatório da Intervenção foi um projeto criado pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em março de 2018. O projeto contava com equipe de pesquisa e de comunicação além de um conselho consultivo formado por jovens ativistas e lideranças comunitárias de várias favelas e periferias do Rio de Janeiro.

Um dos principais objetivos da área de pesquisa do Observatório era criar uma metodologia que possibilitasse o acompanhamento e a avaliação das ações policiais realizadas diariamente. Os números inéditos na história do Rio possibilitaram a construção de uma ferramenta de aferição da “temperatura” das ações da polícia: onde estão ocorrendo mais? Com a participação de quais forças? Com quantos homens envolvidos? E quais os resultados em termos de apreensões de armas e drogas?

Criamos então uma ferramenta de cadastro e uma metodologia de acompanhamento dos principais veículos de imprensa da Região Metropolitana e dos blogs e contas em redes sociais das polícias e do Gabinete de Intervenção Federal do Rio de Janeiro - GIFRJ . Esses formulários alimentaram bancos de dados tratados e sistematizados para análises dos nossos pesquisadores e jornalistas parceiros.

A partir desses números, mensalmente, divulgamos infográficos com os principais números da intervenção: quantas operações realizadas até aquele momento; quantos agentes envolvidos; armas e drogas apreendidas, etc. Além disso, divulgamos também infográficos temáticos, explorando alguns temas específicos como a violência armada nas redondezas de escolas e a vitimização de agentes de segurança.

Nas nossas análises, utilizamos também dados de outras organizações da sociedade civil, como o Fogo Cruzado e como o Defezap, e também realizamos acompanhamento mensal dos indicadores de criminalidade produzidos pelo próprio estado. A escolha por uma multiplicidade de fontes se deu pela compreensão de que os fenômenos da violência são complexos e dinâmicos e quanto mais dados analisados maior será a capacidade de leitura do contexto de criminalidade.

Além de diversas entrevistas para veículos de imprensa, integrantes do Observatório se reuniram com o Conselho de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Observatório denunciou as violações de direitos e o assassinato de Marielle Franco durante a 39ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Todo o trabalho foi materializado em 10 infográficos, quatro relatórios, em artigos de imprensa e todo esse material pode ser conferido **no site do projeto**.

Com o término da Intervenção Federal, o Observatório transformou-se em uma Rede de Observatórios que manteve o monitoramento de ações policiais, além de ampliar o monitoramento para outros tipos de violência e outros estados do Brasil. Foram realizadas modificações metodológicas

<http://www.observatoriodaintervencao.com.br/>



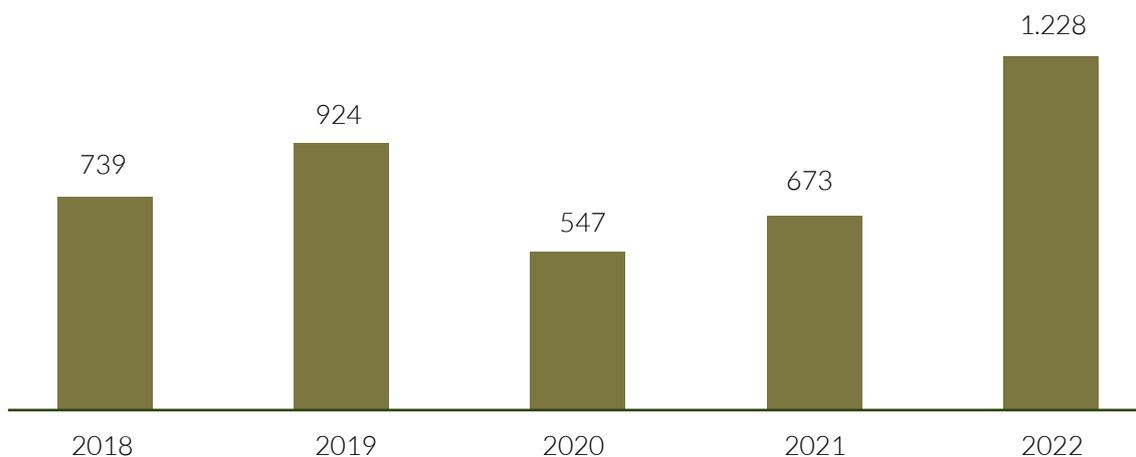
Cinco anos depois: uma análise de operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022

que devem ser mencionadas, como a expansão no monitoramento do Observatório do estado do Rio de Janeiro, capitaneado pelo CESeC. Em 2018, houve um foco de observação maior na região metropolitana do Rio de Janeiro, ainda que tenhamos captado também dados de outras regiões do estado. Essa limitação foi superada na Rede de Observatórios da Segurança, quando passou-se a monitorar o estado como um todo com a mesma intensidade. Contudo, objetivando manter a comparatividade optou-se por somente analisar as operações policiais realizadas na região metropolitana nos últimos cinco anos.

DA INTERVENÇÃO A CLAUDIO CASTRO

De 2018 a 2022, monitoramos 4.411 operações policiais ocorridas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A Intervenção Federal de caráter militar seria apenas um prólogo para os anos de alta letalidade policial, marcada pelas maiores chacinas policiais de toda história do Rio, de pouco investimento em investigação e o silêncio eloquente do órgão que deveria controlar as polícias: o Ministério Público.

Gráfico 1 - Operações policiais monitoradas na RMRJ (2018 e 2022)



Fonte: Observatório Segurança RJ

Em 2019, Wilson Witzel e Claudio Castro tomaram posse como governador e vice-governador do estado do Rio de Janeiro, respectivamente. A chapa de desconhecidos da política do estado ficou notabilizada pelo discurso francamente violento, com incitação à violação de direitos humanos por parte dos policiais e pelo desejo de aprofundar a política de morte no Rio de Janeiro.

Não à toa, no segundo mês do mandato de Wilson Witzel, o Rio de Janeiro testemunhou a Chacina do Fallet-Fogueteiro onde 13 pessoas foram mortas durante uma operação policial do Comando de Operações Especiais - COE da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ. A maioria das vítimas foi morta dentro de uma mesma residência. O caso ganhou notoriedade na época pelos fortes indícios de que policiais executaram sumariamente as vítimas.

Tabela 1 - Operações policiais monitoradas na RMRJ (2018 a 2022)

	2018	2019	2020	2021	2022
Quantidade por ano	739	924	547	673	1.228
Quantidade de operações por dia	2	3	1	2	3
Proporção anual em relação ao total registrado no período (%)	18,13%	22,67%	13,42%	16,52%	29,25%

Fonte: Observatório Segurança RJ

Ainda que tenhamos nos acostumado a ver ações grandiosas durante a gestão militar na segurança pública do Rio de Janeiro, o primeiro ano da gestão Wilson Witzel (2019) e 2022 foram os anos com o maior número de ações monitoradas, respectivamente, 924 e 1.228 (gráfico 1).

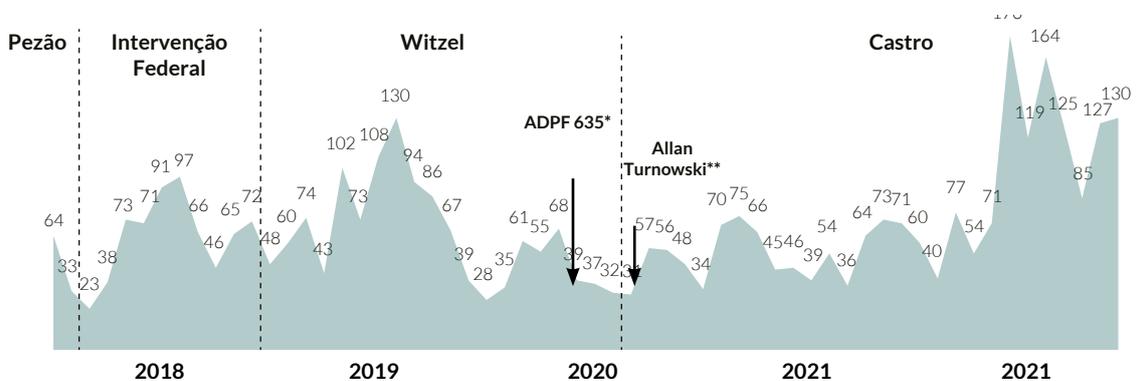
Separadamente, 2019 e 2022 tiveram mais de 20% do total de operações registradas. Foi em 2019 que assistimos incrédulos às cenas de **Wilson Witzel a bordo de um helicóptero da polícia que metralhou uma tenda de orações em Angra dos Reis**. No mesmo ano, o então governador seria protagonista de mais uma imagem chocante: após a intervenção policial que culminou com a morte de um sequestrador na Ponte Rio-Niterói, **Wilson Witzel chegou a local comemorando, com os braços levantados, cena que circulou e chocou o país**. O ano de 2022 ficou marcado como o ano em que o governador em exercício Cláudio Castro, que assumiu após o afastamento de Wilson Witzel, **utilizou a força policial como plataforma política em busca da reeleição**.

<https://oglobo.globo.com/rio/helicoptero-com-witzel-bordo-metralhou-tenda-de-oracoes-em-angra-dos-reis-23648907>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/20/governador-do-rj-diz-que-prioridade-e-protecao-de-refens-em-sequestro-de-onibus.ghtml>

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/19/caveirao-da-pm-reforca-policiamento-na-lapa-na-noite-seguirte-a-morte-e-fechamento-do-bairro.ghtml>

É observável no gráfico 2 os efeitos da ADPF 635 no Rio de Janeiro. É nítido que o decreto culminou em uma diminuição de operações policiais na RMRJ e na queda em índices de letalidade policial e homicídios.

Gráfico 2 - Operações policiais na RMRJ, segundo gestão da segurança pública no Rio de Janeiro (2018 a 2022)

*Liminar assinada pelo Ministro do STF Edson Fachin em junho de 2020

** Allan Turnowski assume a chefia da Polícia Civil em setembro de 2020

Fonte: Observatório Segurança RJ

Cinco anos depois: uma análise de operações policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022

JUSTIÇA
TACAREZINHA

im do
nas

NO DE
GENO

A ascensão de Allan Turnowski à chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PCERJ também é destacada no gráfico 2. O então chefe, ignorando as restrições impostas pelo STF, voltou a pautar operações policiais cotidianas e reverteu a queda em letalidade que havia sido observada nos meses anteriores ao seu mandato. Essa polícia belicista pautada por Turnowski levou a um resultado conhecido: chacina em operação policial. Ocorrida em 6 de maio de 2021, a Chacina do Jacarezinho foi capitaneada pela PCERJ de Turnowski (atualmente réu por conexões com o Jogo do Bicho). Até o momento é tida como a operações mais letal na história do Rio de Janeiro, com 28 civis e um policial civil mortos

Apesar de a Operação Exceptis (Exceção em latim), que culminou na Chacina do Jacarezinho, ter sido liderada pela polícia civil, nesses últimos cinco anos as operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ foram em sua maioria realizadas pela polícia militar (47% das operações).

Tabela 2 - Forças Policiais mobilizadas nas operações policiais (2018 a 2022)

	2018	2019	2020	2021	2022	Total geral
Polícia Militar	47,2%	59,9%	39,4%	32,3%	51,0%	47,1%
Polícia Civil	22,1%	28,4%	31,6%	39,3%	24,8%	28,8%
Ministério Público	2,8%	3,9%	11,4%	10,3%	6,7%	6,8%
Polícia Federal	3,4%	2,4%	9,7%	9,2%	8,1%	6,5%
Outras	3,7%	2,8%	4,5%	3,4%	4,0%	3,6%
Forças Armadas	17,3%	0,1%	0,2%	0,3%	0,1%	3,1%
Polícia Rodoviária Federal	3,0%	1,2%	2,5%	3,0%	2,9%	2,5%
Guarda Municipal	0,3%	0,5%	0,7%	1,9%	1,7%	1,1%
Agente penitenciário	0,3%	0,7%	0,2%	0,3%	0,6%	0,5%

Fonte: Observatório Segurança RJ

Nos cinco anos analisados neste boletim, **quase duas mil (1.952) pessoas foram presas em operações monitoradas somente na RMRJ**. O ano com maior número de registros foi 2022 com 32%, seguido de 2018 com 21% e 2019 com 20%.

No período e espaço analisados neste boletim, registramos 877 mortes em operações policiais. Considerando o número total de 4.111 operações policiais entre 2018 e 2022, pode-se dizer que **uma morte foi registrada a cada 5 operações policiais**. Também choca o número de vítimas feridas registrado, 837.

O que podemos indicar como uma marca fundamental desses últimos cinco anos de operações policiais no Rio de Janeiro é o aumento e a consolidação do número elevado de chacinas promovidas pelas policiais. **Registramos 102 chacinas policiais (eventos com três ou mais mortes) e os maiores recordes da história do estado**. De acordo com a tabela 3, vemos também que 508 foram mortas em tais chacinas. Ou seja, cinco pessoas foram mortas em média nas chacinas monitoradas.

**REGISTRAMOS 102
CHACINAS POLICIAIS
(EVENTOS COM TRÊS
OU MAIS MORTES) E OS
MAIORES RECORDES DA
HISTÓRIA DO ESTADO.**

Tabela 3 - Chacinas e vítimas em chacinas na RMRJ (2018 a 2022)

	2018	2019	2020	2021	2022
Número de Chacinas	20	10	22	24	26
Número de mortes em chacinas	83	64	94	120	147
Média de mortes em chacinas	4	6	4	5	6

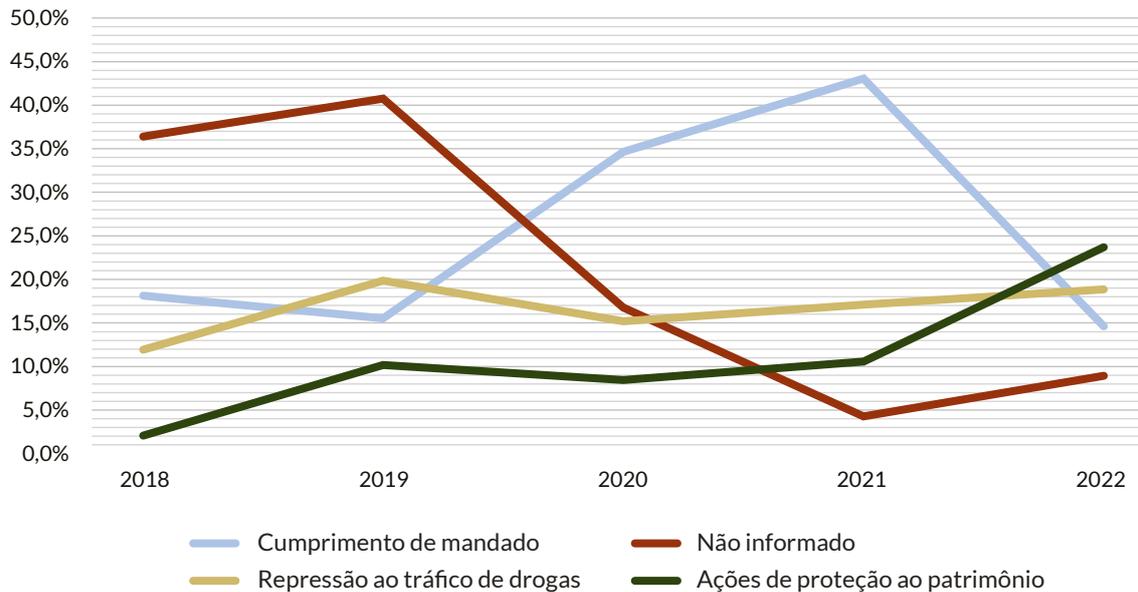
Fonte: Observatório Segurança RJ

Novamente, os anos de 2019 e 2022 se destacam, dessa vez pela mais alta média de mortes em chacinas (6). O atual governador Cláudio Castro, que assumiu no final de 2020, é conhecido em movimentos sociais como governador das chacinas. A gestão Castro foi responsável por três das cinco maiores chacinas policiais na história do Rio de Janeiro: Jacarezinho (2021, 28 mortos), Vila Cruzeiro (2022, 24 mortos) e Alemão (2022, 17 mortos).

Uma constante para justificar as milhares de operações policiais ocorridas não só no Rio de Janeiro, mas em vários estados brasileiros, é a chamada “Guerra às drogas”. O direcionamento das forças para enfrentar uma “guerra” que na verdade é contra pretos e pobres é uma marca do racismo que estrutura o Estado brasileiro desde sua criação. O que chama atenção nesses cinco anos de dados sobre as operações policiais é a renovação de motivações no ranking anual.

Excetuando a repressão ao tráfico de drogas (amarelo) que se mantém estável durante o período, chama atenção o aumento progressivo de operações motivadas por ações de proteção ao patrimônio, chegando a ficar em primeiro lugar em 2022. Em sua maioria são operações de recuperação de veículos



Gráfico 3 - Motivações de operações policiais (2018 a 2022)

Fonte: Observatório Segurança RJ

e combate ao roubo de cargas. De uma forma surpreendente, voltamos à fixação da Intervenção Federal durante o ano de 2018: os roubos de cargas que, apesar da redução durante alguns meses daquele ano, voltou ao patamar original, demonstrando mais uma vez que operações meramente ostensivas não produzem resultados sustentáveis no tempo.

Nessa análise de cinco anos de operações policiais na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, observamos que **da intervenção federal à Claudio Castro a política pública de segurança resumiu-se no discurso de “guerra às drogas” informado por ações de policiamento de altíssima letalidade**. Contudo, operações policiais para coibir o tráfico de armas e munições (isto é, de coibir os meios de violência) figuram somente como quarta maior motivação de operações policiais.

QUANDO SERÁ A PRÓXIMA CHACINA?

Cinco anos depois, pouca gente lembra que em 2018 o Rio passou pela Intervenção Federal na sua segurança pública. O que se desenrolou naqueles meses reverbera até hoje, seja na manutenção e aprofundamento da violência como política de governo na esfera estadual, seja pela centralidade que a questão militar tomou na esfera federal. No entanto, o militarismo cristalizado na política de inimizade contra povos indígenas e pessoas negras é muito anterior aos eventos de 2018. A política marcial contra essas populações é característica da colonialidade que vertebrava o Estado brasileiro. Ainda que a Intervenção Federal tenha sido um momento dessa história, o



emprego de políticas militaristas (nas Forças Armadas ou polícias) é muito anterior ao fatídico ano de 2018.

Dito isso, não se pode deixar de realçar que ações de GLO capitaneadas pelas Forças Armadas paulatinamente ganharam fôlego no período pós-re-democratização, mas particularmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Afastando-se momentaneamente da fotografia histórica e observando os pequenos rastros que levaram à Intervenção Federal vemos decisões políticas que fortaleceram militares que vão desde a Operação de Paz no Haiti até a invasão do Complexo do Alemão (2010) que contou com largos contingentes recém-chegados do Haiti.

O militarismo não “saiu dos quartéis” recentemente. Esse é um aspecto cotidiano e inerente à pós-colônia brasileira, mas tais decisões políticas de governos progressistas catapultaram esse processo de expansão - como ovos de serpente que germinaram anos depois e que agora emergem como desafios ao novo governo federal. A alternativa ao cenário descrito acima é não nos enganarmos considerando que enfrentamos um fenômeno exclusivamente contemporâneo e ao mesmo não repetir erros recentes - ao menos.

Em especial considerando a conjuntura socioeconômica em que o Brasil se encontra, os recursos que anteriormente foram utilizados para potencializar o militarismo na segurança pública (inclusive por governos progressistas) poderiam ser reinvestidos. O governo federal eleito pela chamada frente ampla democrática tem os recursos para mudar a realidade de milhões de brasileiras(os), indígenas e negras(os) exterminadas pelo militarismo. O desafio que se coloca caso o atual governo de fato objetive transformar esse cenário é travar a batalha por recursos; desviar recursos do militarismo para as políticas sociorraciais, ambientais, educacionais e outras.

Continuaremos a investir nossos recursos em veículos e helicópteros blindados ou nos brasileiros, que sofrem com a falta de políticas públicas básicas? Se optarmos por continuar no mesmo caminho, a próxima chacina não é uma questão de “se vai acontecer”, mas sim de “quando”.

O GOVERNO FEDERAL
ELEITO PELA CHAMADA
FRENTE AMPLA
DEMOCRÁTICA TEM OS
RECURSOS PARA MUDAR A
REALIDADE DE MILHÕES
DE BRASILEIRAS(OS),
INDÍGENAS E NEGRAS(OS)
EXTERMINADAS PELO
MILITARISMO.



REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



observatorioseguranca.com.br



@redeobservatorios



@rede_seguranca



@rededeobservatorios

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PERNAMBUCO

PARÁ

PIAUI

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



APOIO



FORD
FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS